



Instituto de Desenvolvimento  
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual  
do  
Contrato de Gestão celebrado entre o  
MCTIC e o IDSM-OS

Exercício de 2019

Parte III

Tefé (AM)

Dezembro de 2019

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM - OS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
E RELATÓRIO DO AUDITOR  
INDEPENDENTE SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## ÍNDICE

DESCRIÇÃO	NºS DAS PÁGINAS
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1 A 4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5 E 6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11 A 27



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



# Sá Leitão

AUDITORIA • CONSULTORIA • GOVERNANÇA CORPORATIVA

Aos  
Conselheiros e Diretores do  
Instituto de Desenvolvimento  
Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Rua Gal. Joaquim Inácio, 790  
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar  
CEP 50.070-495, Paissandu - Recife - PE  
Fone/fax: 81 3366.9922  
saleitao@saleitao.com.br  
www.saleitao.com.br

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional

Conforme apresentado na Nota Explicativa Nº 01, o Contrato de Gestão, celebrado em 27 de maio de 2010, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, compreendia o período de 2010 a 30 de junho de 2016. Após essa data, a vigência do referido Contrato de Gestão vem sendo aditado, através da celebração de diversos Termos Aditivos. O Termo Aditivo Nº 25, firmado em outubro de 2019, prorrogou a vigência do Contrato de Gestão até 30 de dezembro de 2020. Ocorre que, praticamente todas as receitas necessárias aos pagamentos dos custeios do Instituto, são provenientes do referido Contrato de Gestão. Dessa forma, ao menos que seja firmado um novo Contrato de Gestão com o MCTIC, ou buscado novas fontes de financiamento, o Instituto apresenta uma incerteza significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Contratação de seguros**

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o fato descrito na Nota Explicativa Nº 19 de que em 31 de dezembro de 2019, o Instituto possui cobertura de seguros de apenas 02 (dois) edifícios, no montante de R\$ 1.000.000,00. Para segurar os demais edifícios, a Administração do Instituto, estima um acréscimo na referida apólice de cerca de R\$ 14.000.000,00. O Instituto encontra-se em processo de endosso da referida apólice, para incluir a cobertura dos demais edifícios não segurados. A Entidade está exposta a riscos de danos à bens do imobilizado e que suas operações podem ser significativamente impactadas caso algum sinistro venha a ocorrer.

### **Outros assuntos**

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente**

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do Instituto a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de janeiro de 2020

*Sá Leitão Auditores S/S*  
Sá Leitão Auditores S/S  
CRC-PE-000.369/O-8

  
Bruno Leonardo Barbosa  
Contador CRC-PE-024.971/O-7



Instituto de Desenvolvimento  
Sustentável Mamirauá

CNPJ: 03.119.820/0001-95

## Balancos Patrimoniais

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.049.586,58	2.722.177,27	Fornecedores		35.889,70	14.056,95
Recursos vinculados a convênios	5	19.041.520,75	24.836.172,64	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.610.838,45	1.673.276,57
Créditos a receber	6	101.165,55	575.840,77	Obrigações tributárias		183.901,75	182.614,12
				Outras contas a pagar		404.166,07	476.620,62
				Obrigações com recursos de projetos	10	14.293.105,77	18.849.660,15
<b>Total do circulante</b>		<b>22.192.272,88</b>	<b>28.134.190,68</b>	<b>Total do circulante</b>		<b>16.527.901,74</b>	<b>21.196.228,41</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Processos judiciais		64.237,07	64.237,07	Outras contas a pagar		64.237,07	64.237,07
Imobilizado	7	11.930.991,22	12.064.507,01	Investimentos com recursos de projetos	10	10.537.009,56	10.857.759,56
Intangível	8	36.041,49	51.819,21				
<b>Total do não circulante</b>		<b>12.031.269,78</b>	<b>12.180.563,29</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>10.601.246,63</b>	<b>10.921.996,63</b>





Instituto de Desenvolvimento  
Sustentável Mamirauá

			<b>Patrimônio líquido</b>	11		
			Patrimônio social		8.196.528,93	8.082.831,94
			(Déficit) Superávit Acumulado		<u>(1.102.134,64)</u>	<u>113.696,99</u>
			Total do patrimônio líquido		<u><b>7.094.394,29</b></u>	<u><b>8.196.528,93</b></u>
<b>Total do ativo</b>	<u><b>34.223.542,66</b></u>	<u><b>40.314.753,97</b></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>34.223.542,66</b></u>	<u><b>40.314.753,97</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Geral

EMILIANO ESTERCI RAMALHO  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

DAVILA SUELEN SOUZA CORREA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



CNPJ: 03.119.820/0001-95

**Demonstrações de Resultados**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**  
(Em Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	13	22.417.188,79	23.712.682,51
<b>Custo das atividades</b>	14	(17.519.068,84)	(17.319.289,25)
<b>Superávit bruto</b>		<b>4.898.119,95</b>	<b>6.393.393,26</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	15	(2.058.458,55)	(2.008.517,16)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.841.770,85)	(4.171.007,57)
Despesas tributárias		(297.961,60)	(321.560,20)
<b>(Déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(1.300.071,05)</b>	<b>(107.691,67)</b>
Receitas financeiras		273.634,43	297.062,95
Despesas financeiras		(75.698,02)	(75.674,29)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	17	<b>197.936,41</b>	<b>221.388,66</b>
<b>(Déficit) Superávit do Exercício</b>		<b>(1.102.134,64)</b>	<b>113.696,99</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Geral

EMILIANO ESTERCI RAMALHO  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

DAVILA SUELEN SOUZA CORREA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



CNPJ: 03.119.820/0001-95

**Demonstrações do Resultado Abrangente**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em Reais)*

	2019	2018
<b>(Déficit) Superávit do exercício</b>	<b>(1.102.134,64)</b>	<b>113.696,99</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(1.102.134,64)</u></b>	<b><u>113.696,99</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Geral

EMILIANO ESTERCI RAMALHO  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

DAVILA SUELEN SOUZA CORREA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0





CNPJ: 03.119.820/0001-95

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

*(Em Reais)*

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>(Déficit) Superávit Acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>7.702.619,05</b>	<b>380.212,89</b>	<b>8.082.831,94</b>
Incorporação do Superávit Acumulado	380.212,89	(380.212,89)	-
Superávit do Exercício	-	113.696,99	113.696,99
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.082.831,94</b>	<b>113.696,99</b>	<b>8.196.528,93</b>
Incorporação do superávit acumulado	113.696,99	(113.696,99)	-
(Déficit) Superávit do exercício		(1.102.134,64)	(1.102.134,64)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.196.528,93</b>	<b>(1.102.134,64)</b>	<b>7.094.394,29</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Geral

EMILIANO ESTERCI RAMALHO  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

DAVILA SUELEN SOUZA CORREA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



CNPJ: 03.119.820/0001-95

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto**

**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em Reais)

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>(Déficit) Superávit do exercício</b>	(1.102.134,64)	113.696,99
Depreciação e amortização	800.417,34	819.702,18
Baixas do imobilizado e intangível	753,64	27.610,00
	<b>(300.963,66)</b>	<b>961.009,17</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>		
Recursos vinculados a convênios	5.794.651,89	(3.232.567,27)
Créditos a receber	474.675,22	(283.943,34)
Estoques	-	16.053,36
Depósitos judiciais	-	(19.898,07)
	<b>6.269.327,11</b>	<b>(3.520.355,32)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	21.832,75	11.819,65
Obrigações sociais e trabalhistas	(62.438,12)	(9.048,31)
Obrigações tributárias	1.287,63	12.163,70
Outras contas a pagar	(72.454,55)	117.938,71
Obrigações com recursos de convênios	(4.877.304,38)	4.070.649,53
	<b>(4.989.076,67)</b>	<b>4.203.523,28</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>979.286,78</b>	<b>1.644.177,13</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(651.877,47)	(814.122,16)
Aquisição de intangível	-	(9.211,00)
	<b>(651.877,47)</b>	<b>(823.333,16)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(651.877,47)</b>	<b>(823.333,16)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>327.409,31</b>	<b>820.843,97</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro</b>	<b>2.722.177,27</b>	<b>1.901.333,30</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>3.049.586,58</b>	<b>2.722.177,27</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Geral

EMILIANO ESTERCI RAMALHO  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA  
Diretora Administrativa

DAVILA SUELEN SOUZA CORREA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



## **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 (Em Reais)**

### **1 Contexto Operacional**

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - Bairro Fonte Boa, Município de Tefé, no Estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas alagáveis;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologia sustentável.





As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em Contrato de Gestão, conforme aditamento do contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. E desde então a vigência do Contrato de Gestão, por quatro vezes seguidas, vem sendo prorrogada. Em outubro de 2019 foi assinado 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, prorrogando a vigência do mesmo até 30 de dezembro de 2020. Os recursos destinados ao custeio das atividades do IDSM são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa nº 18.

Além dos recursos provenientes do Contrato de Gestão, o Instituto tem firmado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento. Desde 2016 o IDSM firmou convênio também, com a Fundação Gordon Moore, cuja finalidade é apoiar a Consolidação e Disseminação de Práticas Sustentáveis de Gestão de Recursos Naturais em Áreas Úmidas. Em 2018 foi assinado convênio com a Financiadora de Gestão e Pesquisa – FINEP, cujo objeto é: "Dinâmica populacional e saúde animal como instrumento de conservação e manejo na Amazônia".

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo, colaborando para o desenvolvimento das comunidades regionais e a inserção dos comunitários locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.



### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 7 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 10- Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a. Instrumentos financeiros

#### i. *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.



Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

**ii. Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**c. Recursos vinculados a projetos**

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.





**d. Créditos a receber**

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

**e. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.

**ii. Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**iii. Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 7.



**iv. Obras em andamento**

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

**f. Intangível**

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

**g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

**h. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**i. Obrigações com recursos de projetos**

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.



**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**k. Receita operacional**

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTIC, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

**l. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**m. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

**i. Aplicações financeiras**

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

**ii. Imobilizado**

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

**iii. Ativos financeiros não derivativos**

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.





**iv. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

**n. Isenções fiscais**

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.



#### 4 Caixa e Equivalente de Caixa

	2019	2018
Caixa	3.066,30	6.253,45
Bancos	-	18.342,58
Aplicações financeiras	3.046.520,28	2.697.581,24
	<b>3.049.586,58</b>	<b>2.722.177,27</b>

#### 5 Recursos Vinculados a Projetos

	2019	2018
Caixa	8.739,07	4.836,59
Bancos	1,13	2,00
Aplicações financeiras	19.032.780,55	24.831.334,05
	<b>19.041.520,75</b>	<b>24.836.172,64</b>

#### Composição por projeto:

	2019	2018
Contrato de Gestão – Subvenção MCTIC	15.356.222,75	19.386.346,87
Convênio Moore	3.000.107,90	4.393.262,14
Convênio BNDES	398.356,97	970.605,23
Convênio WCS	-	73.613,42
Convênio FINEP	286.832,00	12.344,98
Convênio BASA	1,13	-
	<b>19.041.520,75</b>	<b>24.836.172,64</b>

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,38% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.



## 6 Créditos a Receber

### Créditos a Receber

	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	89.540,07	493.056,72
Adiantamentos a funcionários	-	56.380,00
Seguros a apropriar	8.603,04	17.199,72
Recursos de clientes	2.853,33	5.219,33
Adiantamentos de viagens	-	3.985,00
Créditos tributários	169,11	-
	<b>101.165,55</b>	<b>575.840,77</b>

## 7 Imobilizado

	2019	2018
Bens próprios	3.105.124,98	2.623.138,99
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	19.330.757,10	19.272.331,56
	<b>22.435.882,08</b>	<b>21.895.470,55</b>

Imobilizado	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2019
<b>Custo</b>						
Terrenos	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Edificações	11.040.496,97	-	-	-	-	11.040.496,97
Instalações	593.658,83	-	-	-	-	593.658,83
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.288.384,35	419.172,30	(6.870,31)	-	-	4.700.686,34
Equipamentos de informática	2.132.686,48	207.509,27	(23.645,63)	-	-	2.316.550,12
Veículos	886.651,20	-	(80.950,00)	-	-	805.701,20
Móveis e utensílios	1.394.100,54	10.195,90	-	-	-	1.404.296,44
Biblioteca	54.663,18	-	-	-	-	54.663,18
Benfeitorias	1.494.829,00	-	-	-	-	1.494.829,00
Imobilizado em andamento	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00
	<b>21.895.470,55</b>	<b>651.877,47</b>	<b>(111.465,94)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.435.882,08</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Edificações	(2.505.756,03)	(196.966,08)	-	-	-	(2.702.722,11)
Instalações	(302.586,54)	(17.759,24)	-	-	-	(320.345,78)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.570.290,85)	(299.147,31)	6.116,66	-	-	(2.863.321,50)
Equipamentos de informática	(1.796.983,30)	(127.170,38)	23.645,64	-	-	(1.900.508,04)
Veículos	(396.881,49)	(37.682,52)	80.950,00	-	-	(353.614,01)
Móveis e utensílios	(797.563,21)	(96.446,09)	-	-	-	(894.009,30)
Benfeitorias	(1.460.902,12)	(9.468,00)	-	-	-	(1.470.370,12)
	<b>(9.830.963,54)</b>	<b>(784.639,62)</b>	<b>110.712,30</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.504.890,86)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>12.064.507,01</b>	<b>(132.762,15)</b>	<b>(753,64)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.930.991,22</b>



	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes	Saldo em 31.12.2018
<b>Custo</b>						
Terrenos	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Edificações	10.660.711,35	275.719,57	(3.250,00)	107.316,05	-	11.040.496,97
Instalações	591.358,83	2.300,00	-	-	-	593.658,83
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.525.533,28	153.615,04	(396.393,97)	5.630,00	-	4.288.384,35
Equipamentos de informática	1.943.722,67	292.212,60	(103.248,79)	-	-	2.132.686,48
Veículos	668.507,00	25.000,00	-	193.144,20	-	886.651,20
Móveis e utensílios	1.391.072,84	27.403,07	(24.375,37)	-	-	1.394.100,54
Biblioteca	54.663,18	-	-	-	-	54.663,18
Benfeitorias	1.456.957,12	37.871,88	-	-	-	1.494.829,00
Imobilizado em andamento	328.041,12	-	(21.950,87)	(306.090,25)	-	-
	<b>21.630.567,39</b>	<b>814.122,16</b>	<b>(549.219,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.895.470,55</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Edificações	(2.311.792,85)	(196.451,08)	2.487,90	-	-	(2.505.756,03)
Instalações	(283.698,93)	(18.887,61)	-	-	-	(302.586,54)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(2.626.517,75)	(298.108,04)	354.334,94	-	-	(2.570.290,85)
Equipamentos de informática	(1.774.033,96)	(126.166,01)	103.216,67	-	-	(1.796.983,30)
Veículos	(368.478,24)	(28.403,25)	-	-	-	(396.881,49)
Móveis e utensílios	(715.642,70)	(103.817,58)	21.897,07	-	-	(797.563,21)
Benfeitorias	(1.484.415,92)	(16.158,62)	39.672,42	-	-	(1.460.902,12)
	<b>(9.564.580,35)</b>	<b>(787.992,19)</b>	<b>521.609,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.830.963,54)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>12.065.987,04</b>	<b>26.129,97</b>	<b>(27.610,00)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.064.507,01</b>

### Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:

Em 2019 foi realizada verificação geral nos bens do Instituto para avaliar a situação atual dos mesmos. Considerando as restrições de uso e de manutenção dos bens, foi constatado que o estado de conservação dos bens avaliados, não sofreu alteração significativa nos últimos doze meses. Concluiu-se então que os seus valores residuais estão de acordo com seus estados de conservação atual.

## 8 Intangível

	2019	2018
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	390.237,81	390.237,81
	<b>390.237,81</b>	<b>390.237,81</b>





## Intangível

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2019
<b>Custo</b>						
Software	352.834,90	-	-	-	-	352.834,90
Licenças Office Profissional	3.207,00	-	-	-	-	3.207,00
Licenças Windows 98	34.195,91	-	-	-	-	34.195,91
	<b>390.237,81</b>	-	-	-	-	<b>390.237,81</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Custo</b>						
Software	(301.545,47)	(15.247,94)	-	-	-	(316.793,41)
Licenças Office Profissional	(3.100,68)	(106,32)	-	-	-	(3.207,00)
Licenças Windows 98	(33.772,45)	(423,46)	-	-	-	(34.195,91)
	<b>(338.418,60)</b>	<b>(15.777,72)</b>	-	-	-	<b>(354.196,32)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>51.819,21</b>	<b>(15.777,72)</b>	-	-	-	<b>36.041,49</b>

## Intangível

	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	Saldo em 31.12.2018
<b>Custo</b>						
Software	343.623,90	9.211,00	-	-	-	352.834,90
Licenças Office Profissional	3.207,00	-	-	-	-	3.207,00
Licenças Windows 98	34.195,91	-	-	-	-	34.195,91
	<b>381.026,81</b>	<b>9.211,00</b>	-	-	-	<b>390.237,81</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Custo</b>						
Software	(273.569,76)	(27.975,71)	-	-	-	(301.545,47)
Licenças Office Profissional	(2.459,16)	(641,52)	-	-	-	(3.100,68)
Licenças Windows 98	(30.679,69)	(3.092,76)	-	-	-	(33.772,45)
	<b>(306.708,61)</b>	<b>(31.709,99)</b>	-	-	-	<b>(338.418,60)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>74.318,20</b>	<b>(22.498,99)</b>	-	-	-	<b>51.819,21</b>

## 9 Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Férias a pagar	(953.376,47)	(982.916,78)
INSS sobre férias	(243.281,70)	(250.741,26)
INSS sobre salários	(237.633,75)	(256.085,26)
FGTS sobre folha	(83.382,79)	(87.477,14)
FGTS sobre férias	(76.130,40)	(78.614,22)
PIS sobre salários	(13.775,86)	(14.068,94)
Outros passivos	(3.257,48)	(3.372,97)
	<b>(1.610.838,45)</b>	<b>(1.673.276,57)</b>



## 10 Obrigações com recursos de projetos

	2019	2018
Subvenção MCTIC	(13.607.944,88)	(17.797.133,09)
Convênio BNDES	(398.337,24)	(935.511,30)
Convênio FINEP	(286.823,65)	(117.015,76)
	<u>(14.293.105,77)</u>	<u>(18.849.660,15)</u>

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 14.293.105,77 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTIC e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Os saldos dos recursos recebidos em 2019 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2019.

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 10.537.009,56, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

## 11 Patrimônio líquido

### a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

### b. Superávit ou Déficit acumulado

Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

## 12 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 130.725,90, com possível probabilidade de perda, conforme relatório da assessoria jurídica nº 001/2020.



### 13 Receita operacional líquida

	2019	2018
Subvenção do MCTIC	16.403.569,49	16.243.393,49
Convênios	3.597.468,08	5.210.874,22
Ecoturismo	2.493.998,87	2.134.543,88
Doações recebidas	138.289,73	240.922,72
Outras receitas	29.612,00	5.240,00
Vendas de produtos	196,60	23.929,90
	<b>22.663.134,77</b>	<b>23.858.904,21</b>
Deduções de vendas	(245.945,98)	(146.221,70)
	<b>22.417.188,79</b>	<b>23.712.682,51</b>

### 14 Custos das atividades

	2019	2018
Salários	(7.133.568,29)	(7.158.664,05)
Encargos sociais	(3.107.696,64)	(2.885.222,19)
Provisões	(1.692.460,23)	(1.519.306,86)
Materiais e bens	(2.055.312,50)	(2.201.185,64)
Serviço de terceiros	(1.377.823,46)	(1.516.394,72)
Diárias e passagens	(1.073.749,62)	(1.107.750,12)
Custo com serviços - Ecoturismo	(460.483,82)	(241.447,55)
Utilidades e serviço	(296.839,05)	(383.008,95)
Custo apoio de gestão	(132.110,40)	(173.358,21)
Serviços de auditoria/consultoria	(84.696,82)	(63.298,26)
Locações diversas	(64.976,98)	(23.323,00)
Locação de mão de obra	(34.649,33)	(5.588,21)
Informação científica	(4.701,70)	(11.220,66)
Custo de produtos vendidos (loja)	-	(29.520,83)
	<b>(17.519.068,84)</b>	<b>(17.319.289,25)</b>

### 15 Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários e honorários	(1.260.579,56)	(1.219.745,61)
Encargos sociais	(426.742,70)	(427.789,78)
Despesa com 13º salário e férias	(302.548,12)	(295.995,61)
Encargos sociais sobre provisões	(68.588,17)	(64.986,16)
	<b>(2.058.458,55)</b>	<b>(2.008.517,16)</b>



## 16 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Utilidades e serviços	(1.077.525,65)	(1.174.658,63)
Locações	(992.554,45)	(793.712,86)
Depreciação e amortização	(801.170,98)	(865.033,72)
Materiais e suprimentos	(525.588,70)	(580.659,48)
Serviços de terceiros	(417.443,96)	(724.061,51)
Diárias e passagens	(27.414,08)	(32.881,37)
Multas	(73,03)	-
	<b>(3.841.770,85)</b>	<b>(4.171.007,57)</b>

## 17 Resultado financeiro líquido

	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	267.860,79	289.479,99
Outras receitas financeiras	5.773,64	7.582,96
	<b>273.634,43</b>	<b>297.062,95</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(72.637,90)	(73.385,31)
Outras despesas financeiras	(3.060,12)	(2.288,98)
	<b>(75.698,02)</b>	<b>(75.674,29)</b>
	<b>197.936,41</b>	<b>221.388,66</b>

## Instrumentos financeiros

### Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2019	2018
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e bancos	4	3.049.586,58	2.722.177,27
<b>Recursos vinculados a projetos</b>			
Fundo fixo	5	8.739,07	4.836,59
Bancos	5	1,13	2,00
Aplicações financeiras	5	19.032.780,55	24.831.334,05
<b>Outras obrigações</b>			
Obrigações com recursos de projetos	10	14.293.105,77	18.849.660,15

Em 31 de dezembro de 2019, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.



## 18 Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTIC

### 1. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTIC	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2016	3.059.248,42	22.157.071,00	296.027,00	(15.854.356,61)	9.657.989,81
2017	9.657.989,81	20.653.767,98	779.379,57	(15.287.053,05)	15.804.084,31
2018	15.804.084,31	19.402.925,00	627.098,00	(16.273.135,31)	19.560.972,00
2019	19.560.972,00	11.402.925,00	607.193,75	(16.197.250,96)	15.373.839,79
				<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Recursos Auferidos</b>					
Saldo inicial (01.01)				19.560.972,00	15.804.084,31
Recursos recebidos – repasses MCTIC				11.402.925,00	19.402.925,00
Receita financeira líquida				607.193,75	627.098,00
<b>Total dos Recursos Auferidos</b>				<b>31.571.090,75</b>	<b>35.834.107,31</b>
<b>Despesas</b>					
Pessoal				(12.964.116,13)	(12.477.176,58)
Custeio				(3.087.699,53)	(3.348.627,36)
Capital				(145.435,30)	(447.331,37)
<b>Total das despesas</b>				<b>(16.197.250,96)</b>	<b>(16.273.135,31)</b>
<b>Saldo (31.12)</b>				<b>15.373.839,79</b>	<b>19.560.972,00</b>

### 2. Saldos contábeis das contas patrimoniais vinculadas ao Contrato de Gestão

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>No Ativo Circulante</b>		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	15.356.222,75	19.386.346,87
Créditos a receber	17.617,04	174.625,00
	<b>15.373.839,79</b>	<b>19.560.971,87</b>
<b>No Passivo Circulante</b>		
Obrigações com recursos de projetos (Vide Nota Explicativa nº 10)		
<b>Outros Passivos</b>		
- Obrigações trabalhistas e sociais	(1.540.595,83)	(1.577.601,00)
- Obrigações fiscais e tributárias	(166.555,03)	(164.542,00)
- Obrigações em circulação - fornecedores	(58.744,05)	(21.695,54)
	(1.765.894,91)	(1.763.838,54)
	<b>13.607.944,88</b>	<b>17.797.133,33</b>

O valor de R\$ 13.607.944,88, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas, inclusive aquelas cujos cheques emitidos se encontram pendentes de compensação.





## 19 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O valor estimado para cobertura total dos edifícios é de R\$ 15.000.000,00. A complementação desse valor encontra-se em processo de endosso da apólice já contratada de R\$ 1.000.000,00 e que será emitida no início de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 6.530.000,00, demonstrados a seguir:

Tipo	Importância Segurada em 31.12.2019
Edifícios	1.000.000,00
Veículos	530.000,00
Responsabilidade Civil	5.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.530.000,00</b>

Tefé/AM, 20 de janeiro de 2020

JOÃO VALSECCHI AMARAL  
Diretor Geral

EMILIANO ESTERCI RAMALHO  
Diretor Técnico-Científico

JOYCIMARA ROCHA DOS S. FERREIRA  
Diretora Administrativa

DAVILA SUELEN SOUZA CORREA  
Diretora de Manejo e Desenvolvimento

NIZETE DE LIMA CAMPELO  
Contadora – CRC/AM 010141/O-0

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM - OS**

**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA  
DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS  
COM O RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2019**



# Sá Leitão

AUDITORIA • CONSULTORIA • GOVERNANÇA CORPORATIVA

## **Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre as Informações Relacionadas com o Relatório de Gestão de 2019**

Rua Gal. Joaquim Inácio, 790  
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar  
CEP 50.070-495, Paissandu - Recife - PE  
Fone/fax: 81 3366.9922  
saleitao@saleitao.com.br  
www.saleitao.com.br

Aos  
Conselheiros e Diretores do  
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS  
Tefé - AM

### **Introdução**

Fomos contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM – OS (“Instituto”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com o Relatório Gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **Responsabilidades da administração do Instituto**

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório Gestão, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o seu Programa de Trabalho acordado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (“MCTIC”), em especial quanto aos assuntos relativo aos indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão, datado 27 de maio de 2010, e respectivos Termos Aditivos, firmado com a União, por intermédio do MCTIC, e pelos controles internos que o Instituto determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Relatório de Gestão, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Relatório de Gestão, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.



## **Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes**

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração e outros profissionais do Instituto que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Relatório de Gestão, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assunto que o leve a acreditar que as informações constantes do Relatório de Gestão, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Relatório de Gestão e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas, as normas do MCTIC relacionadas ao Contrato de Gestão, os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório de Gestão do Instituto;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos adotados para a compilação dos dados por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações, contidas no Relatório de Gestão;
- (c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas, e especificamente quanto os itens, do Artigo Nº 34 da Portaria 967 do MCTIC e suas atualizações:
  - I - limite percentual de gastos com pessoal em relação aos recursos financeiros repassados por intermédio do contrato de gestão;
  - II - verificação da remuneração e percepção de outras vantagens pelos dirigentes e empregados do Instituto, segundo os critérios pactuados no contrato de gestão;
  - III - situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;
  - IV - evolução das receitas e saldos do contrato de gestão e suas aplicações financeiras;
  - V - contabilização da reserva técnica e sua utilização/adequação;
  - VI - verificação de contratos celebrados com recursos do contrato de gestão;
  - VII - percentual de alavancagem de recursos extras ao contrato de gestão;





## **Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes**

- VIII - evolução do ativo permanente (imobilizado) do Instituto, segregando os investimentos com recursos próprios e do contrato de gestão;
  - IX - acompanhamento de eventuais pendências junto aos órgãos de controle;
  - X - verificação da adequação dos gastos realizados com os objetivos, ações e metas do contrato de gestão; e
  - XI - eficiência da gestão sob os aspectos de economicidade e de necessidade ou relevância das contratações.
- (d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros gerenciais.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

### **Alcance e limitações**

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada sobre as informações divulgadas no Relatório Gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, relacionadas, principalmente, aos indicadores de desempenho.

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações relativas ao ano de 2019 contidas no Relatório de Gestão. De acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000), os trabalhos de asseguração limitada, não possibilita obter segurança de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguração razoável que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Relatório de Gestão. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para obter os dados utilizados para determinar, calcular ou estimar os indicadores. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados no Relatório de Gestão para os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, nem em relação a projeções futuras e metas.





## Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes

### Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste Relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações constantes do Relatório de Gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios estabelecidos no Programa de Trabalho e normativos, aprovados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Recife, 03 de fevereiro de 2020

*SÁ LEITÃO AUDITORES S/S*  
Sá Leitão Auditores S/S  
CRC-PE 000.369/O-8

  
Bruno Leonardo Barbosa  
Contador CRC-PE 024.971/O-7